

Direitos Humanos podem ter ministério

■ FH diz que área continuará a ter prioridade em seu segundo mandato e que secretaria de Gregori será fortalecida institucionalmente

PAULO MUSSOI

Brasília — Gilberto Alves

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso aproveitou a entrega do Prêmio Direitos Humanos 1998, ontem, no Palácio do Planalto, para anunciar que vai fortalecer a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, comandada por José Gregori, que poderá ser transformada em ministério extraordinário. “Os direitos humanos continuarão sendo prioridade no segundo mandato. Penso mesmo em fortalecer institucionalmente a secretaria, dando a ela um status mais condizente com o que é necessário para sinalizar a população da importância que o governo atribui a essa matéria”, disse o presidente.

Duas das características desse fortalecimento serão a distribuição de observadores permanentes da secretaria para avaliar o respeito aos direitos humanos em todos os estados e a participação mais ativa de representantes da sociedade civil nas políticas do governo no setor.

Agência — O presidente não explicitou de que forma pretende ampliar o status da secretaria, mas, de acordo com o secretário José Gregori e o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, que estavam na cerimônia, existem três hipóteses. Uma delas é a transformação da secretaria em um dos ministérios extraordinários que o governo tem direito constitucional de criar. Nesse caso, seria extinto ou o Ministério das Reformas Institucionais ou o Ministério dos Esportes. É possível também a transformação da secretaria numa agência independente — nos moldes das já criadas na área econômica —, ou, ainda, a vinculação do órgão diretamente à Presidência da República, com status de ministério. Atualmente, a secretaria está vinculada ao Ministério da Justiça.

De acordo com Gregori, os estudos para ampliar a área de atuação e

a influência de sua secretaria já estão sendo feitos. “Qual figura jurídica vai resultar dessa potencialização ainda é um pouco cedo para dizer. Mas certamente o presidente quer, com isso, dar uma prioridade mais sublinhada, mais potencializada à proteção dos direitos humanos. Foi uma grande notícia”, comemorou.

Em seu discurso, Fernando Henrique disse também que estuda a possibilidade de incluir a sociedade de forma mais direta no trabalho de apontar as deficiências nos direitos humanos. “Precisamos criar um observatório da sociedade dentro do próprio governo, para que o governo esteja sempre alerta nessa área. Precisamos aceitar o julgamento alheio ao governo, de gente de boa vontade da sociedade civil”, disse.

Ao defender o aprofundamento da defesa dos direitos humanos, o presidente disse que sempre teve o tema como peça central de seu governo. “A ênfase nas questões econômicas, na estabilidade e no desenvolvimento não nos faz esquecer nunca que não bastam a melhoria de nível de vida e acesso a bens e serviços para garantir a fruição dos direitos humanos”, declarou.

Ele disse que uma das primeiras medidas deste mandato foi “reconhecer a responsabilidade do Estado pelo passado, reconhecendo como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação política”.

Planalto — Fernando Henrique lembrou também que o Palácio do Planalto, onde trabalha, já foi para ele símbolo de desrespeito aos direitos do homem, no período de vigência do AI-5. “Emocionei-me ao ver, há poucos instantes, o depoimento da Margarida Genevois, porque me fez recordar momentos dos anos de chumbo, em que as coisas eram bem mais difíceis do que hoje, quando nós podemos falar de direitos humanos neste palácio. Na época, nós passávamos longe dele, com horror dele.”



Fernando Henrique Cardoso aproveitou a entrega do Prêmio Direitos Humanos 98 para anunciar o fortalecimento da pasta de José Gregori